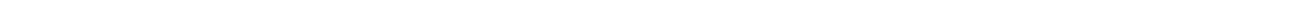




Energisa Tocantins | Resultados de 2014

Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2014**



Relatório da Administração

A Administração da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Tocantins” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2014, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 19 de março de 2015.

1 - Considerações gerais

A Energisa Tocantins, nova razão social da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins, é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 546 mil clientes e uma população de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes em 139 municípios do Estado do Tocantins, em uma área de 277.621 km².

O exercício de 2014 ficou marcado pelo início de uma grande transformação na história da Energisa Tocantins. Em 11 de abril de 2014, o **Grupo Energisa assumiu o controle acionário indireto da Energisa Tocantins** e que estava, desde 2012, sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com foco na retomada da sustentabilidade da concessão e normalidade dos serviços, o Grupo Energisa deu início a uma reestruturação econômico-financeira e organizacional, visando melhorar a eficiência de todos os processos operacionais, a produtividade e o perfil das dívidas da Companhia. Esses pilares estão presentes na implementação do plano de recuperação da distribuidora.

A alteração da razão social da Companhia visa uniformizar a nomenclatura utilizada pela Energisa em todas as distribuidoras do seu portfólio do segmento de distribuição, o que ajuda a balizar decisões estratégicas, otimização de recursos e unificação da comunicação entre as diversas empresas pertencentes ao Grupo Energisa.

Com a aquisição, a nova administração passou, então, a implantar novos processos administrativos na Companhia, com o estabelecimento de uma política voltada para proporcionar aos seus consumidores um padrão cada vez melhor de atendimento e qualidade dos serviços prestados, com menores custos. Em 2014, a Energisa Tocantins obteve a segunda colocação no ranking das distribuidoras de energia elétrica da região Norte, avaliada na pesquisa de satisfação dos consumidores que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza anualmente.

2 - Investimentos

Com foco em projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, a Energisa Tocantins registrou ao longo de 2014 investimentos que totalizaram R\$ 95,6 milhões. Entre as realizações, destacam-se:

- i) Construção da subestação de Arraias, alimentada pela linha de 138kV e capacidade de 15 MVA. A subestação beneficia os municípios: Novo Alegre, Combinado, Lavandeiras, Aurora, Taguatinga, Ponte Alta do Bom Jesus, Novo Jardim, Dianópolis, Taipas, Conceição, Paranã e Arraias;
- ii) Construção da subestação de Araguatins de 69 kV, com capacidade de 10/12,5 MVA. Os municípios beneficiados são: Araguatins, São Bento, Axixá, Esperantina, Sítio Novo e Buriti do Tocantins;
- iii) Linha de Distribuição 34,5 kV Porto Nacional/Silvanópolis/Ipueiras, com 61 Km, que atende a região central do estado; e
- iv) Instalação de 14 torres para ampliação do sistema de comunicação por VHF, um sistema automático de captação e transmissão de sinais, proporcionando uma área maior de comunicação. As repetidoras foram construídas com energia 100% solar para atender toda a área de concessão.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez/2014	Dez/2013	Acréscimo 2014/2013
Subestações - nº	94	93	+ 1
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.255	1.089	+ 166
Linhas de transmissão - km	2.665	2.646	+ 19
Redes de distribuição (próprias) - km	82.224	81.690	+ 534
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	65.676	65.319	+ 357
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.078	1.058	+ 20

3 - Desempenho econômico-financeiros

3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2014:

Descrição	2014	2013	Varição %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.063,1	913,2	+ 16,4
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.030,6	837,9	+ 23,0
Receita Operacional Líquida	758,2	673,4	+ 12,6
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	725,7	598,1	+ 21,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	34,9	(152,5)	-
EBITDA	78,8	(110,6)	-
EBITDA Ajustado	94,2	(98,6)	-
Resultado financeiro	4,8	(30,6)	-
Lucro Líquido	66,8	(156,3)	-
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.256,1	1.110,5	+ 13,1
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	129,8	19,0	+ 583,2
Patrimônio Líquido	557,5	357,5	+ 55,9
Endividamento Líquido	185,0	420,0	- 56,0
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	546.415	524.413	+ 4,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.914,5	1.777,1	+ 7,7
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.969,1	1.828,7	+ 7,7
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	14,0	14,7	- 0,7 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	12,4	(14,6)	+ 27,0 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	2,0	(4,3)	-

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 - Ambiente regulatório - revisão tarifária

Em 4 de julho de 2014, foi concedido à Energisa Tocantins reajuste médio de 11,79% nas tarifas da base econômica. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi 10,84%, sendo 10,43% para os consumidores em alta tensão e 10,98% para os de baixa tensão.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2014 foi repassado o montante de R\$ 111,2 milhões para a Energisa Tocantins. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Energisa Tocantins pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 26,4 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3.2.1 - Evento subsequente - Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Tocantins, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 4,5% a partir de 02/03/2015.

3.3 - Despesas operacionais

Em 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 723,2 milhões, redução de 12,4% (R\$ 102,7 milhões) em relação a 2013. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) cresceram 16,6% (R\$ 28,5 milhões), para R\$ 200,1 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram incremento de 29,1% (R\$ 87,6 milhões), decorrente dos altos custos da energia elétrica em função da hidrologia desfavorável em 2014 no país.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2014	2013	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	200,1	171,6	+ 28,5
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	86,1	63,1	+ 23,0
1.2 Material	9,9	11,1	- 1,2
1.3 Serviços de terceiros	104,1	97,4	+ 6,7
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	388,9	301,3	+ 87,6
3 - Depreciação e amortização	43,9	42,0	+ 1,9
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	16,9	26,5	- 9,6
5 - Outras despesas/receitas	40,9	209,2	- 168,3
Subtotal	690,7	750,6	- 59,9
6 - Custo de construção ^(*)	32,5	75,3	- 42,8
Total	723,2	825,9	- 102,7

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.4 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2014, a Energisa Tocantins registrou lucro líquido de R\$ 66,8 milhões, ante o prejuízo de R\$ 156,3 milhões registrados em 2013. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 94,2 milhões em 2014, contra os R\$ 98,6 milhões negativos apurados no ano anterior.

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	2014	2013	Var. %
(=) Lucro Líquido	66,8	(156,3)	-
(-) Contribuição social e imposto de renda	27,1	26,9	+ 0,7
(-) Resultado financeiro	4,8	(30,6)	-
(-) Depreciação e amortização	(43,9)	(42,0)	+ 4,5
(=) Geração de caixa (EBITDA)	78,8	(110,6)	-
(+) Receita de acréscimos moratórios	15,4	12,0	+ 28,3
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	94,2	(98,6)	-
Margem do EBITDA Ajustado (%)	12,4	(14,6)	+ 27,0 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2014, a administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral de Acionistas a distribuição de dividendos no montante de R\$ 17,6 milhões, à razão de R\$ 0,330959960032 por ação do capital social, a serem pagos em data a ser definida.

4 - Desempenho operacional

O foco na qualidade da energia fornecida e na excelência no atendimento são prioridades constantes da Energisa Tocantins, que tem apresentado melhorias nos seus índices operacionais.

4.1 - Gestão das perdas de energia: o combate às perdas de energia elétrica se mantém no centro das ações gerenciais, o que tem permitido à Companhia a redução das perdas de energia. Em 2014, as perdas se situaram em 14,01%, uma melhoria de 0,69 ponto percentual em relação a 2013.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência apresentou uma melhoria de 11,1% tendo se situado em 2,33%, em 2014, contra 2,62%, em 2013.

4.3 - DEC e FEC: a redução dos indicadores DEC e FEC em 2014 é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema, bem como de ações específicas realizadas. Os índices DEC e FEC apresentaram melhoria de 14,6% e 19,0%, respectivamente.

Indicadores operacionais	2014	2013	Var. %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	14,01	14,70	- 0,69p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	2,33	2,62	- 11,1
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,51	0,62	- 17,74
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	83,5	79,4	+ 5,16
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	58,75	60,70	- 3,21
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	33,13	38,80	- 14,61
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	14,35	17,72	- 19,02

4.4 - Mercado de energia: em 2014, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Tocantins, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.965,0GWh, incremento de 7,5% em relação a 2013. O consumo foi impulsionado pela classe industrial, que cresceu 11,1% em 2014, considerando os mercados cativo e livre. A energia total distribuída em 2014 foi de 1.969,1GWh, ante os 1.828,7GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2014	2013	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	1.914,5	1.777,1	+ 7,7
✓ Residencial	766,2	705,3	+ 8,6
✓ Industrial	280,3	247,5	+ 13,3
✓ Comercial	377,5	349,9	+ 7,9
✓ Rural	183,1	175,9	+ 4,1
✓ Outras Classes	307,4	298,5	+ 3,0
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	50,5	50,2	+ 0,6
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.965,0	1.827,3	+ 7,5
4) Suprimento de energia e não faturado	4,1	1,4	+ 195,6
5) Energia Total Distribuída (3+4)	1.969,1	1.828,7	+ 7,7

A Energisa Tocantins encerrou 2014 com 546.415 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,2% superior à registrada no fim do ano anterior, e o número de consumidores livres totalizou 7ao final do ano.

5 - Estrutura de Capital

5.1 - Perfil da dívida

A Energisa Tocantins iniciou em meados de 2014 um processo de melhoria da sua estrutura de capital e perfil de dívida, por intermédio de emissão de ações e de dívidas de longo prazo.

As operações que levaram a melhoria do perfil de endividamento da Companhia envolveram:

- i) a 1ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 50 milhões, que fazem jus a uma remuneração com base no CDI, acrescido de 2,28% ao ano. As debêntures têm data de emissão em 30/05/2014 e vencimento em 30/05/2021, sendo 24 meses de carência. Os recursos foram captados em maio;
- ii) o reperfilamento, em junho, de uma CCB no montante de aproximadamente R\$ 80 milhões, com vencimento ao final de 5 anos, carência de 24 meses e custo de CDI mais 2,28% ao ano;
- iii) o aumento de capital privado de R\$ 148,6 milhões homologado em julho. Foram emitidas 153.197.877 ações, sendo 111.314.319 ordinárias e 41.883.558 preferenciais, ao preço de R\$ 0,97 por ação. Consequentemente, o número de ações do capital social da Companhia, de R\$ 343,0 milhões, passou a ser de 531.931.834 ações, sendo 386.504.251 ações ordinárias e 145.427.583 ações preferenciais, sem valor nominal. Em 9 de dezembro de 2014, as ações acima foram agrupadas na razão de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação;
- iv) o parcelamento de encargos setoriais (CDE e RGR) pelo prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência;
- v) a amortização parcial do contas a receber junto ao acionista Estado do Tocantins, referente ao Programa Reluz de responsabilidade do Estado, no montante de R\$ 33,1 milhões, mediante dação em pagamento com ações representativas, naquela época, de 9% do capital social da Companhia e subsequente alienação destas ações em tesouraria.

5.2 - Dívida líquida

A dívida líquida da Energisa Tocantins, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 420,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 185,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, redução de 56,0%. As dívidas de curto e longo prazo da Energisa Tocantins em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013
Curto Prazo	54,8	224,7
Empréstimos e financiamentos	19,2	170,4
Debêntures	0,3	-
Encargos de dívidas	0,7	26,1
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,4	28,2
Parcelamento de encargos setoriais	34,2	-
Longo Prazo	260,0	214,3
Empréstimos e financiamentos	187,8	156,1
Debêntures	49,7	-
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,9	58,2
Parcelamento de encargos setoriais	21,6	-
Total das dívidas	314,8	439,0
(-) Disponibilidades financeiras	129,8	19,0
Total das dívidas líquidas	185,0	420,0

6 - Gestão de pessoas

A Energisa Tocantins valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2014 com 863 colaboradores próprios e 965 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas estão alinhadas aos valores e missão da companhia, e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua sob a orientação de se posicionar como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual. Em 2014, a Energisa Tocantins dedicou 41,3 mil homem/hora a treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 338 mil.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Tocantins lançou, em outubro de 2014, o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Tocantins deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio da “Academia de Líderes”, baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação no negócio.

7 - Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país, a Energisa investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

A Energisa Tocantins busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2014, destaca-se:

Iniciativas Socioculturais

As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- ✓ Por meio de leis de incentivo à cultura, a Energisa Tocantins patrocina diversos projetos culturais. Em 2014 um projeto foi beneficiado, garantindo a produção e finalização de um longa-metragem.

No âmbito social três projetos se destacaram:

- ✓ *Selo UNICEF Município Aprovado*, projeto em parceria com o estado de Tocantins que apoia programas direcionados ao fortalecimento de políticas públicas municipais que garantam os direitos das crianças e dos adolescentes. Iniciativa com o Fundo das Nações Unidas para a

Infância, que a Energisa apoia com a arrecadação de recursos através da conta de energia. Na edição 2013-2016, 111 municípios inscreveram-se, o que representa 80% do total do Estado. Desde o início da parceria, a Energisa arrecadou quase R\$ 3 milhões, sendo R\$ 427 mil somente em 2014. Todo o valor arrecadado foi repassado para o UNICEF Brasil.

- ✓ Para apoio a políticas, programas e ações voltadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, a Energisa Tocantins realizou doações correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido em 2014.
- ✓ Também foram realizadas doações, correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido, a programas que visam à atenção a pessoa com deficiência, bem como a atenção oncológica.

Iniciativas Esportivas

Ciente de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social, a Companhia mantém patrocínios a projetos de estímulo a prática de esportes e lazer:

- ✓ Patrocínio ao projeto *Magia V*, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte;
- ✓ *Atletas do Futuro* - parceria entre a Energisa Tocantins, a AEC (Associação dos Empregados da Energisa Tocantins) e SESI, que beneficia 100 crianças e adolescentes com aulas de futebol society, natação e dança.

Uso Consciente de Energia

Para 2015, estão previstos investimentos de quase R\$11 MM em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica.

8 - Serviços prestados pelo auditor independente

Em 29 de maio de 2014, o Conselho de Administração da Energisa Tocantins aprovou a alteração do auditor independente da Companhia, que passou a ser a Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes.

A remuneração da Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes e do auditor anterior BDO RCS Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Tocantins em 2014 foi de R\$ 414 mil, dos quais R\$ 170 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R\$ 244 mil por serviços relacionados a programas de eficiência energética, Luz para Todos e processos fiscais e pertinentes à intervenção.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	5	23.459	18.952	10.552
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	106.386	-	-
Consumidores e concessionárias	6	114.437	117.515	130.175
Títulos de créditos a receber	7	217	3.548	4.656
Estoques		6.366	3.799	4.707
Tributos a recuperar	10	13.200	17.412	27.427
Ativos regulatórios	11	23.221	-	-
Outros créditos	12	53.115	35.698	122.218
Total do circulante		340.401	196.924	299.735
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Consumidores e concessionárias	6	5.494	6.463	7.965
Títulos de créditos a receber	7	-	472	1.991
Tributos a recuperar	10	23.177	22.403	13.597
Créditos tributários	14	43.241	9.175	-
Contas a receber da concessão	15	428.596	375.330	667.344
Ativos regulatórios	11	78.257	-	-
Partes relacionadas	13	106.328	185.469	78.658
Depósitos Judiciais	22	5.676	23.172	3.752
Outros créditos	12	4.346	3.826	17.780
		695.115	626.310	791.087
Intangível	16	220.616	287.256	205.238
Total do não circulante		915.731	913.566	996.325
Total do ativo		1.256.132	1.110.490	1.296.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	17	86.147	48.285	62.747
Encargos de Dívida	18	749	26.097	10.893
Empréstimos e financiamentos	18	19.144	170.330	173.197
Debêntures	19	297	-	-
Financiamento por arrendamento mercantil	20	12	59	666
Folha de pagamento		2.699	1.322	1.199
Tributos e contribuições sociais	21	30.997	52.580	59.697
Dividendos e JCP	25.4	17.605	18.880	18.880
Obrigações estimadas		7.109	7.687	6.648
Taxa de iluminação pública arrecadada		2.799	2.483	3.819
Benefícios a empregados - plano de pensão	33	241	-	-
Obrigações intra-setoriais	23	52.742	78.457	59.092
Passivos regulatórios	11	15.382	-	-
Incorporação de redes	23.3	45.381	30.033	-
Outros Passivos	24	7.372	9.775	17.585
Total do circulante		288.676	445.988	414.423
Não circulante				
Fornecedores	17	-	1.107	-
Empréstimos e financiamentos	18	187.811	156.092	139.977
Debêntures	19	49.744	-	-
Financiamento por arrendamento mercantil	20	-	10	58
Tributos e contribuições sociais	21	511	54.464	58.623
Tributos Diferidos				38.538
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	67.282	58.279	33.021
Benefícios a empregados - plano de pensão	33	373	3.737	7.887
Obrigações intra-setoriais	23	34.051	9.915	9.173
Partes relacionadas	13	20.557	3.797	3.551
Passivos regulatórios	11	39.303	-	-
Outros Passivos	24	10.293	19.631	36.576
Total do não circulante		409.925	307.032	327.404
Patrimônio líquido				
Capital social	25	342.969	194.367	194.367
Reservas de capital		39.960	39.960	39.960
Reservas de lucros		144.751	88.595	230.540
Ajuste de Avaliação Patrimonial		30.083	37.015	94.572
Outros resultados abrangentes		(232)	(2.467)	(5.206)
Total do patrimônio líquido		557.531	357.470	554.233
Total do passivo e patrimônio líquido		1.256.132	1.110.490	1.296.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	26	758.191	673.368
Custo do serviço de energia elétrica	27	(589.587)	(518.591)
Lucro bruto		168.604	154.777
Despesas com vendas	27	(43.049)	(30.372)
Despesas gerais e administrativas	27	(74.392)	(84.864)
Outras receitas	28	566	482
Outras despesas	28	(16.789)	(192.566)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		34.940	(152.543)
Receita financeira	29	129.529	103.284
Despesas financeiras	29	(124.744)	(133.908)
Despesas financeiras líquidas		4.785	(30.624)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		39.725	(183.167)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(23.115)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	50.219	26.866
Lucro (prejuízo) do exercício	30	66.829	(156.301)
Lucro (prejuízo) básico e diluído ação ordinária e preferencial - R\$			
Lucro por ação	30	0,1440	(0,4127)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro (prejuízo) do exercício	66.829	(156.301)
Outros resultados abrangentes	2.235	2.739
Total de outros resultados abrangentes do exercício	69.064	(153.562)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		39.725	(183.167)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		46.881	164.015
Depreciação e amortização	27	43.911	41.998
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	12.662	(316)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	9.003	25.258
Ativos e passivos regulatórios		(46.793)	-
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR		(9.856)	(25.139)
Perda/Ganho na alienação de bens do imobilizado e do intangível		9.052	(19.941)
Ajuste a valor presente e marcação a mercado		-	(3.997)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias	6 e 8	(8.615)	14.017
Diminuição de títulos de créditos a receber	7	3.803	3.560
(Aumento) diminuição de estoques		(2.567)	908
Diminuição (aumento) de créditos e depósitos vinculados a litígios	22	17.496	(19.420)
Diminuição de impostos a recuperar	10	3.438	888
(Aumento) diminuição de outros créditos		(17.019)	103.999
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		33.676	(14.466)
Aumento de folha de pagamento		1.377	123
Aumento de obrigações Intra-setoriais		14.705	3.096
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais		(65.139)	(25.519)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.638)	(1.766)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(3.380)	21.186
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		69.722	85.317
Atividades de investimentos			
Mutuo com partes relacionadas		66.641	-
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(95.533)	-
Aplicações no intangível		(45.393)	(70.218)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(74.285)	(70.218)
Atividades de financiamento			
Mútuos com partes relacionadas	13	(3.797)	2.981
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures		125.208	7.345
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal		(186.582)	5.411
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros		(55.159)	(22.436)
Pagamentos de parcelamentos taxas regulamentares		(19.202)	-
Aumento de capital próprio	25.1	148.602	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		9.070	(6.699)
Variação líquida do caixa		4.507	8.400
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		18.952	10.552
Caixa mais equivalentes de caixa finais		23.459	18.952
Variação líquida do caixa		4.507	8.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		955.011	787.864
Outros resultados		64.055	50.058
Receitas relativas a construção de ativos próprios		42.129	75.307
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis		(12.662)	316
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		388.877	301.212
Materiais e serviços de terceiros		117.075	112.877
Outros custos operacionais		65.966	292.305
		562.266	706.394
Valor adicionado bruto		476.615	207.151
Amortização e depreciação		43.911	41.998
Valor adicionado líquido		432.704	165.153
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		129.529	103.284
Valor adicionado total a distribuir		562.233	268.437
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		58.689	42.767
Benefícios		13.759	12.793
FGTS		5.792	3.856
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		87.092	61.858
Estaduais		191.805	155.158
Municipais		1.138	429
Obrigações Intra-setoriais		9.355	9.017
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		122.850	133.908
Aluguéis		4.924	4.952
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	25.4	17.605	-
Reserva Legal	25.2	3.341	-
Retenção de Lucros	25.3	45.883	-
Prejuízos do exercício		-	(156.301)
		562.233	268.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Total
			Reserva legal	Reserva de Investimento	Retenção de lucros				
Saldos em 01 de janeiro de 2013 - reapresentado	194.367	39.960	14.872	215.668	-	-	94.572	(5.206)	554.233
Realização/reversão de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	21.752	(87.208)	-	(65.456)
Tributos sobre realização/reversão de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(7.396)	29.651	-	22.255
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	4.149	4.149
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(1.410)	(1.410)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(156.301)	-	-	(156.301)
Absorção de prejuízo acumulados	-	-	-	(141.945)	-	141.945	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013 - reapresentado	194.367	39.960	14.872	73.723	-	-	37.015	(2.467)	357.470
Aumento de capital - subscrição e integralização de ações conforme AGE de 10/06/2014	25.1 148.602	-	-	-	-	-	-	-	148.602
Realização/reversão de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	10.503	(10.503)	-	-
Tributos sobre realização/reversão de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(3.571)	3.571	-	-
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	3.387	3.387
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(1.152)	(1.152)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	66.829	-	-	66.829
Proposta de destinação do Lucro Líquido:									
Reserva Legal	25.2 -	-	3.341	-	-	(3.341)	-	-	-
Dividendos	25.4 -	-	-	-	-	(17.605)	-	-	(17.605)
Retenção de Lucros	25.3 -	-	-	-	52.815	(52.815)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	342.969	39.960	18.213	73.723	52.815	-	30.083	(232)	557.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA TOCANTINS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A (nova denominação social da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS)						
CNPJ Nº 25.086.034/0001-71						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2014						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2014 Valor			2013 Valor		
Receita líquida (RL)	758.191			673.368		
Resultado operacional (RO)	39.725			(183.167)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	92.965			70.057		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.841	7,38%	0,90%	6.629	9,48%	0,98%
Encargos sociais compulsórios	18.221	19,60%	2,40%	13.613	19,43%	2,02%
Previdência privada	1.454	1,56%	0,19%	1.331	1,90%	0,20%
Saúde	5.185	5,58%	0,68%	4.539	6,48%	0,67%
Segurança e saúde no trabalho	313	0,34%	0,04%	572	0,82%	0,08%
Educação	135	0,15%	0,02%	151	0,22%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	19	0,02%	0,00%	438	0,63%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	146	0,16%	0,02%	108	0,15%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	5.717	6,15%	0,75%	3.074	4,39%	0,46%
Outros	214	0,23%	0,03%	266	0,38%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	38.245	41,14%	5,04%	30.721	43,85%	4,56%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	20	0,05%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	6	0,02%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	88	0,22%	0,01%	177	-0,10%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	114	0,29%	0,02%	177	-0,10%	0,03%
Tributos (excluídos encargos sociais)	266.706	671,38%	35,18%	208.209	-113,67%	30,92%
Total - Indicadores sociais externos	266.820	671,67%	35,19%	208.386	-113,77%	30,95%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	269	0,68%	0,04%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	269	0,68%	0,04%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75%; () cumpre de 0 a 50%; () cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75%; () cumpre de 0 a 50%; () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período	903			870		
Nº de admissões durante o período	124			125		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.445			732		
Nº de estagiários(as)	14			32		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	122			116		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	184			199		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,64%			17,39%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	439			475		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	32,73%			8,70%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	34			35		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania e	2014			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,81			15,81		
Número total de acidentes de trabalho	19			31		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 1331	no Procon 239	na Justiça 821	na empresa 1408	no Procon 262	na Justiça 903
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 17%	na Justiça 21%	na empresa 100%	no Procon 27%	na Justiça 31%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 31/12/2014: R\$ 562.233			Em 31/12/2013: R\$ 268.437		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	51,00 % governo 14,00 % colaboradores(as) 3,00% acionistas 23,00 % terceiros 8,00 % retido			84,00 % governo 22,00 % colaboradores(as) 0,00% acionistas 52,00 % terceiros -58,00 % retido		
7 - Outras Informações	2014			2013		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	5.317			1.658		
7.1.2 - Investimento do Estado	0			0		
7.1.3 - Investimento do Município	0			0		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	1.900			593		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	7.217			2.251		
7.2 - Programa de eficiência Energética	95			94		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	641			154		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	7.953			2.499		

Notas Explicativas

Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2014** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A, (nova razão social da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS) (“Companhia” ou “Energisa Tocantins”) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da empresa Rede Energia S.A. - “Em Recuperação Judicial”, que por sua vez é integrante do GRUPO ENERGISA, que atua na distribuição de energia elétrica e sua concessão abrange todo o Estado do Tocantins, com 277.621 km², atendendo 546.415 consumidores em 139 municípios (informação não auditada pelos auditores independentes), tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui sede na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 15, 16, 26 e 35, respectivamente.

1.1. Intervenção administrativa da ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.648, de 31/8/2012, determinou a intervenção administrativa na Companhia, por um prazo de 1 (um) ano, contado da edição dessa Resolução.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 4.285, de 20/08/2013, a ANEEL prorrogou a intervenção administrativa da Companhia por mais 2 (dois) anos, contados à partir de 31/08/2013, determinada pela Resolução Autorizativa nº 3.648, de 31/08/2012, continuando inalteradas as demais disposições anteriores.

Em 08 de abril de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 4.622 que decretou o fim da intervenção federal na Companhia. A conclusão do processo foi condicionada à lavratura da transferência das ações nos livros societários das empresas que compõem o compromisso de compra e venda e à realização de Assembleia Geral para a eleição dos novos administradores da Concessionária (nota explicativa 1.4).

1.2. Plano de Recuperação da Companhia

Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, determinou a intervenção administrativa na Companhia, pelo prazo de 1 (um) ano, que poderia ser prorrogada a critério da ANEEL. Nos termos do § 3º do artigo 3º da Resolução, os acionistas da Companhia teriam que apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção, um Plano de Recuperação e Correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 26 de outubro de 2012, o representante legal do acionista controlador protocolizou na ANEEL, um plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora.

Esse plano foi baseado na premissa de entrada de novo controlador, com aporte de novos recursos na Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial". Após a entrada do novo acionista, a Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial", injetaria diretamente ou via Rede Power do Brasil S.A., recursos na Companhia.

Em 01 de Outubro de 2013, a Rede Energia S.A. apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. cujo compromisso de investimento, compra e venda de ações, foi firmado em 11 de julho de 2013.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através da Resolução Autorizativa n.º 4.463/2013 o plano de recuperação da Companhia apresentado pelo Grupo Rede Energia que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa. Em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o Grupo Energisa deverá comprovar o aporte dos recursos previstos nos planos aprovados para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 28 de janeiro de 2014, a Resolução Autorizativa n.º 4.510, anuiu a transferência do controle societário da Rede Energia e definiu que a nova controladora deverá observar a expressa vedação para a transferência de recursos via mútuo das distribuidoras para qualquer holding, protegendo assim o serviço público de eventuais percalços financeiros.

Diante do compromisso dos financiadores para aportar recursos na holding, a serem repassados às distribuidoras nas mesmas condições originais pactuadas, ficam autorizadas as necessárias operações de mútuo no exercício de 2014, tendo como mutuárias as concessionárias de distribuição.

Com o fim da intervenção passa a vigorar na Companhia o regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que está condicionado ao aporte dos recursos previstos nos planos para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O regime excepcional resolve:

- Autorizar a destinação dos recursos das compensações por violação dos limites de qualidade referentes à continuidade do serviço de que trata o item 5.11 da seção 8.2 do Módulo 8 do PRODIST, até sua próxima revisão tarifária, para a realização de investimentos na área de concessão;
- Prorrogar o prazo de incorporação das redes particulares que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa n.º. 229, de 8 de agosto de 2006, para 31 de dezembro de 2016;
- Autorizar a Eletrobrás a conceder parcelamento de débitos relativos às quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR, em até 60 (sessenta) parcelas;
- Autorizar que os débitos originários de multas com exigibilidade suspensa pelo Despacho nº 1.493, de 14 de maio de 2013, possam ser pagos em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas;

- Autorizar o regime excepcional de sanções regulatórias, contemplando o caráter exclusivamente de orientação, sem aplicação de penalidades, das ações fiscalizadoras de caráter técnico/comercial, cujos termos de notificação seja emitidos até 31 de dezembro de 2015.

1.3. Recuperação Judicial - Rede Energia

Em 19 de dezembro de 2012, a acionista direta da Companhia, Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial e as coligadas Companhia Técnica de Comercialização de Energia (CTCE) “em Recuperação Judicial” e a QMRA Participações S.A. (QMRA) “em Recuperação Judicial” tiveram seus pedidos de recuperação judicial (RJ) deferidos nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Os planos de recuperação judicial foram apresentados em juízo no dia 15 de março de 2013, dentro do prazo legal, para ser submetido à deliberação das assembleias gerais de credores das empresas, a serem instaladas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados do deferimento do processamento dos pedidos de recuperação (art. 56, §1º, da Lei de Recuperação). Esses planos, que foram divulgados aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, estavam sujeitos às modificações que poderiam ser propostas pelos credores e deliberadas em assembleia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação das próprias empresas (art. 56, §3º, da Lei de Recuperação).

Em 05 de julho de 2013, na Assembleia Geral de Credores, foi submetida para aprovação dos credores a nova versão do Plano de Recuperação Judicial da Rede Energia S.A - “em Recuperação Judicial” e das outras sociedades relacionadas.

A decisão da homologação do referido Plano de Recuperação Judicial foi proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações da Capital do Estado de São Paulo em 09 de setembro 2013.

1.4. Compromisso de Investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, a controladora Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial” publicou fato relevante ao mercado que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, Energisa S.A. e, de outro lado, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, compromete-se a transferir à Energisa S.A. a totalidade de suas ações de emissão da REDE e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. - em recuperação judicial e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em “recuperação judicial”, participações societárias essas que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da REDE e, por consequência, das demais sociedades do Grupo, inclusive das distribuidoras de energia.

O compromisso assinado reflete o plano de recuperação judicial votado na assembleia geral de credores realizada na mesma data. A efetiva conclusão do negócio estava sujeita a condições precedentes, dentre elas: (i) à obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis (vide nota 1.3); (ii) à aprovação do plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica, apresentado à ANEEL, para levantamento da intervenção; e (iii) à homologação do plano de recuperação judicial apresentado na assembleia geral de credores de 05 de julho de 2013, no âmbito da recuperação judicial da REDE, ajuizada em conjunto com sociedades relacionadas (vide nota 1.3).

Em publicação no diário oficial da União de 16 de outubro de 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovou sem restrições, a aquisição, pela Energisa, do controle acionário da Rede Energia - “Em Recuperação judicial”.

A transferência das ações do controle acionário da Companhia foram lavradas em 11 de abril de 2014, após atendidas todas as condições precedentes, e em 14 de abril de 2014 foram eleitos os novos administradores da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações

circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 32.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)

- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.
- (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
- (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 32.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa

contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado;

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião do próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência.
- g. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, desde o exercício de 2012, a Companhia registrou como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15.

- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- l. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m. Imposto de renda e contribuição social - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresa que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015.

- n. Incentivos fiscais SUDAM - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;
- o. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- p. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;

- r. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- s. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- u. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3. Reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia realizou em 2014, revisão dos montantes de bifurcação das obrigações especiais, a qual resultou em um ajuste no saldo do ativo intangível em contrapartida com o contas a receber concessão em 31 de dezembro de 2013. Também, efetuou a reclassificação para apresentação líquida dos montantes de tributos diferidos. Em conformidade com o Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, o balanço patrimonial está sendo reapresentados, conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial	Saldo em 2013 (publicado)	Reclassificados	Saldo em 2013 (reclassificado)
Ativo			
Total do ativo circulante	196.924	-	196.924
Realizável a longo Prazo			-
Tributos diferidos	57.123	(47.948)	9.175
Contas a receber concessão	525.334	(150.004)	375.330
Outros ativos não circulantes	241.805	-	241.805
Intangível	137.252	150.004	287.256
Total do Ativo Não Circulante	961.514	(47.948)	913.566
Total do Ativo	1.158.438	(47.948)	1.110.490
Passivo			
Total do passivo circulante	445.988	-	445.988
Passivo Não Circulante			-
Tributos diferidos	47.948	(47.948)	-
Outros passivos circulantes	307.032	-	307.032
Total do Passivo Não Circulante	354.980	(47.948)	307.032
Patrimônio Líquido	357.470	-	357.470
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.158.438	(47.948)	1.110.490

Balanço Patrimonial	Saldo em 31.12.12.13 (publicado)	Reclassificados	Saldo em 01.01.13 (reclassificado)
Ativo			
Total do ativo circulante	299.735	-	299.735
Realizável a longo Prazo			-
Tributos diferidos	20.120	(20.120)	-
Total do Ativo Não Circulante	1.016.445	(20.120)	996.325
Total do Ativo	1.316.180	(20.120)	1.296.060
Passivo			
Total do passivo circulante	414.423	-	414.423
Passivo Não Circulante			-
Tributos diferidos	58.658	(20.120)	38.538
Total do Passivo Não Circulante	288.866	(20.120)	268.746
Patrimônio Líquido	554.233	-	554.233
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.316.180	(20.120)	1.296.060

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 139 municípios do Estado do Tocantins, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2014	2013
Caixa	CDB	31/12/2014 a 30/11/2017	100,5% DO CDI	14.096	6.142
Brasil	CDB	09/08/2019	99,00% DO CDI	-	1.005
Itaú	CDB Automático	31/12/2015	20,00% DO CDI	441	1.046
Bradesco	CDB	31/12/2015	20,00% DO CDI	1.077	1.214
Safra	CDB Automático	31/12/2015	10,00% DO CDI	-	11
Itaú	Debêntures	02/03/2016	75,00% DO CDI	-	3
				15.614	9.421
Caixas e depósitos bancários				7.845	9.531
Total caixa e equivalente de caixa				23.459	18.952

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2014	2013
Brasil	CDB	09/08/2019	100% DO CDI	23.200	-
Itaú (2)	CDB	22/01/2015	90,0% DO CDI	187	-
Bradesco (2)	CDB	20/03/2017	95,0% DO CDI	1	-
Bradesco (2)	CDB	20/10/2015	70,0% DO CDI	1	-
Safra	CDB Automático	31/12/2015	10,00% DO CDI	8	-
Itaú	Debêntures	02/03/2016	75,00% DO CDI	3	-
Itaú	Debêntures	23/05/2016	101,00% DO CDI	6	-
Itaú	Fundo de Investimento TOP Referenciado	-	SELIC	2.801	-
Itaú-FDIC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	IPCA	5.233	-
Caixa FI Energisa(3)	LFT	1/3/2018	122,11% do CDI	325	-
Caixa FI Energisa(3)	NTNB	15/5/2045	109,0% a 113,0% do CDI e IPCA+5,7%	614	-
Caixa FI Energisa(3)	Debêntures	15/4/2016	106,0% a 109,0% do CDI	460	-
Caixa FI Energisa(3)	DPGE	22/06/2015 a 18/04/2016	Título Publico	4.826	-
Caixa FI Energisa(3)	LF	27/04/2015 a 25/04/2016	100,5% a 115,0 do CDI	4.783	-
Caixa FI Energisa(3)	LTN	1/7/2018	IPCA + 9,23%	453	-
FIM Zona da Mata(3)	CDB	28/01/2015 a 31/07/2019	100,5% a 103,2% do CDI	6.880	-
FIM Zona da Mata(3)	Debêntures	15/7/2019	107,5% a 113% do CDI	1.455	-
FIM Zona da Mata(3)	Compromissada	24/12/2014 a 17/06/2016	105,5% a 114,0% do CDI	17.184	-
FIM Zona da Mata(3)	DGPE	10/07/2015 a 21/12/2015	CDI + 6,1677%	5.059	-
FIM Zona da Mata(3)	LF	04/05/2015 a 24/05/2021	CDI + 2,25%	7.007	-
FIM Zona da Mata(3)	CCB	24/2/2017	Benchmark CDI	2.912	-
FIM Zona da Mata(3)	Nota Promissória	26/1/2015	SELIC	5.511	-
FIM Zona da Mata(3)	Fundos de Renda Fixa	-	IPCA e IGPM	12.337	-
FIM Zona da Mata(3)	LFT	07/09/2015 a 01/03/2020	Benchmark CDI	2.729	-
FIM Zona da Mata(3)	NTN	15/08/2016 e 01/07/2017	Fundos de Crédito	276	-
FIM Zona da Mata(3)	Fundos de Créditos	-	IPCA	2.135	-
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				106.386	-
Total caixa e equivalentes de caixa e aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				129.845	18.952

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Inclui R\$189 referente recursos vinculados a leilões de energia.
- (3) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Depósito a prazo - DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos de crédito.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos (1)	Vencidos					2014	2013
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	16.791	14.316	3.878	827	990	3.733	40.535	36.265
Industrial	5.605	1.545	399	182	93	957	8.781	9.883
Comércio, serviços e outras atividades	10.367	4.174	834	259	325	2.070	18.029	17.209
Rural	3.718	1.768	613	93	129	447	6.768	6.042
Poder Público:							-	
Federal	1.172	2	141	-	-	1	1.316	1.167
Estadual	2.699	1.308	779	1	-	48	4.835	3.709
Municipal	751	620	91	69	9	1.042	2.582	3.141
Iluminação pública	1.017	330	50	-	-	4.063	5.460	5.831
Serviço público	1.693	866	8	-	-	53	2.620	3.620
Parcelamento Energia (Novada)	7.697	592	207	124	158	2.820	11.598	12.435
(-) Ajuste valor presente (2)	(316)	-	-	-	-	-	(316)	(354)
Subtotal - consumidores	51.194	25.521	7.000	1.555	1.704	15.234	102.208	98.948
Concessionárias (3)	-	-	-	-	-	2.708	2.708	4.241
Fornecimento não faturado	26.549	-	-	-	-	-	26.549	23.820
Outros	3.876	1.018	355	185	1.342	906	7.682	3.523
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(875)	-	-	(870)	(1.414)	(16.057)	(19.216)	(6.554)
Total	80.744	26.539	7.355	870	1.632	2.791	119.931	123.978
Circulante							114.437	117.515
Não circulante							5.494	6.463

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Ajuste a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.760 de 03 de julho de 2014), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL n.º 457 de 08 de novembro de 2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2014, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$1.976 (R\$3.258 em 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2014	2013
Créditos vencidos	1.976	3.258
	1.976	3.258
(-) Aquisições de energia na CCEE	(35.328)	(1.716)
(-) Encargos de serviços do sistema	2.461	(1.504)
	(30.891)	38

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

7. Títulos de créditos a receber

	2014	2013
Títulos de créditos a receber	217	4.020
Total	217	4.020
Circulante	217	3.548
Não circulante	-	472

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldo - inicial - circulante - 2013 e 2012	6.554	6.870
Provisões constituídas no exercício	23.465	6.843
Reversão de provisões no exercício	(10.803)	(7.159)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	19.216	6.554
Consumidores e concessionárias	19.216	6.554

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- ✓ Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- ✓ Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- ✓ Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- ✓ Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- ✓ Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.
- ✓ Parcelamento energia - Faturas Novadas com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores, as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Por meio da Resolução Homologatória n.º 1.760 de 03 de julho de 2014, Nota Técnica n.º 222 de 25 de junho de 2014 e Nota Técnica Complementar n.º 223 de 02 de julho 2014, foram reajustadas em média as tarifas da base econômica da Companhia em 11,79%, sendo 9,61% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 2,18% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é 10,84%, sendo 10,43% para os consumidores em Alta Tensão - AT e 10,98% para os de Baixa Tensão - BT.

As tarifas que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes, entraram em vigor no período de 04 julho de 2014 a 03 de julho de 2015.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em julho de 2016. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

10. Tributos a recuperar

	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	12.617	20.963
Imposto de Renda - IRPJ	15.682	15.189
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	3.713	3.546
Contribuição do PIS e COFINS	3.880	57
Outros	485	60
Total	36.377	39.815
Circulante	13.200	17.412
Não circulante	23.177	22.403

11. Ativos e Passivos Regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro. De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva. Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	2014
Parcela A (1)	
Energia elétrica comprada para revenda	72.173
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	4.796
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.515
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	694
Conta Consumo de Combustível - CCC	244
Componentes financeiros	
Sobrecontratação (2)	12.410
Itens financeiros	9.385
Outros	261
Total Ativo Regulatório	101.478
Circulante	23.221
Não Circulante	78.257

Passivos regulatórios	2014
Parcela A	
Encargo de serviços de sistema - ESS (3)	(42.303)
Energia elétrica comprada para revenda	(654)
Componentes financeiros	(4.830)
Sobrecontratação (4)	(1)
Neutralidade (5)	(1.515)
Itens Financeiros	(5.382)
Total Passivo Regulatório	(54.685)
Circulante	(15.382)
Não Circulante	(39.303)
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	46.793

Efeito na demonstração do resultado	2014
Receita Operacional	46.029
Outras Receitas/Despesas Financeiras	764
Total Resultado	46.793

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA: A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

2. Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente): O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.
3. Encargo de Serviço do Sistema - ESS: representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN;
4. Sobrecontratação: a legislação que rege são os Decretos nº 5.163 de 30/07/2004 alterado pelo Decreto nº 7.945 de 07 de março de 2013, que determinou que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação a carga anual de fornecimento. As distribuidoras são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos homologados pela ANEEL;
5. Neutralidade: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

12. Outros Créditos

	2014	2013
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	2.498	2.525
Ordens de serviço em curso - Outros	8.478	3.444
Ordens de desativação em curso	2.484	3.826
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	31	31
Adiantamento empregados	51	1.317
Adiantamento fornecedores	68	18
Eletrobrás Subvenção Baixa Renda (1)	4.045	3.335
Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	28.761	2.362
Outros créditos a Receber - CELPA - em "Recuperação Judicial"(3)	8.204	7.734
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA(3)	(3.940)	(3.910)
Aquisição de crédito fiscais (4)	7.867	7.867
(-) Deságio/provisão de aquisição de crédito fiscais (4)	(7.867)	(3.934)
Banco Daycoval	-	10.487
Créditos de terceiros-Alienação de bens e direitos	3.820	1.055
Pré venda de energia (5)	1.519	1.519
(-) Provisão Pré venda de energia (5)	(1.519)	-
Outros	2.961	1.848
Total	57.461	39.524
Circulante	53.115	35.698
Não circulante	4.346	3.826

- (1) **Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social:** O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	2014	2013
Saldo - inicial - 2013 e 2012	3.335	4.742
Subvenção baixa renda	21.915	18.880
Ressarcimento Eletrobrás	(21.205)	(20.287)
(1) Saldo- final - circulante 2014 e 2013	4.045	3.335

- (2) **Subvenção CDE - desconto tarifário:** Nos termos do Decreto 7.891, de 23/1/2013, a CDE deve custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos seguintes usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica: gerador e consumidor de fonte incentivada; atividade de irrigação e aquicultura em horário especial; agente de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; serviço público de água, esgoto e saneamento; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural; e subclasse de serviço público de irrigação. Em atendimento à regulamentação, os descontos foram retirados da estrutura tarifária das distribuidoras de energia elétrica por ocasião da Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, realizada em 24/1/2013. Compete à ANEEL homologar o montante mensal de recursos da CDE a ser repassado pela Eletrobrás a cada distribuidora, visando custear os descontos retirados da estrutura tarifária.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

	2014	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	61.408	20.834
Ressarcimento pela Eletrobrás	(32.647)	(18.472)
(2) Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	28.761	2.362

- (3) Refere-se a saldo de contrato de conta corrente entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA em "Recuperação Judicial", conforme Plano de Recuperação aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada em 1/9/2012. O saldo será atualizado com uma taxa de juros capitalizados de 6% a.a. até agosto de 2019. Após esse período, o recebimento dos juros será efetuado semestralmente. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% em setembro de 2034. A Companhia realizou o Ajuste a Valor Presente (AVP) desse contrato, para a data de 31 de dezembro de 2014, por entender a necessidade de identificar o valor real a ser recebido em curto prazo, utilizando uma taxa de desconto de 11,36%, que representa o WACC real setorial.
- (4) Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretária da Receita Federal, a Companhia adquiriu, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. A Companhia ingressou na ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e manteve a discussão judicial visando à sua conclusão. A realização do crédito depende do sucesso da ação atualmente em fase de execução, sendo considerado provável o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável desse ativo.
- (5) Referente ao contrato de compra e venda de energia elétrica nº 011/2003, registrado na ANEEL sob nº 149/2003, firmado entre Companhia e a CNBO que possui como objeto a entrega pela CNBO e o recebimento pela Companhia da energia a ser produzida pelas Usinas Areia e Água Limpa, no valor de R\$1.519. Diante da não entrega da energia, tampouco da devolução do numerário adiantado, a Companhia ajuizou ação judicial. Dessa forma, isso, passou a ser tratada como um ativo contingente. Por este fato, a realização do ativo passou a depender tão somente da demanda judicial movida contra a CNBO e, a Administração decidiu por provisionar a perda deste valor enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A, (71,42% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, Empresa Energética do Mato Grosso do Sul (Enersul), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) do capital total, que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). A partir de 11 de abril de 2014, a Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A Energisa detém o controle da BBPM (89,57%) e JQMJ (99,95%).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

Relacionamento	Exercício:	
	2014	2013
Transações de mútuos:		
Receitas financeiras	39.443	11.867
Despesas financeiras	(169)	(284)

Relacionamento	Exercício:		
	2014	2013	
SALDOS ATIVOS			
Não circulante			
Créditos a Receber (1):			
Estado do Tocantins	Acionista	106.328	118.828
Total Acionista		106.328	118.828
Valores a recuperar:			
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	Controladora	-	715
Conta corrente 31/12/2006 (2):			
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	Controladora	-	23.918
Total Controladora		-	24.633
Outros Contratos (3):			
Energisa Mato Grosso do Sul -Distribuidora de Energia S.A.	Grupo Econômico	-	24.386
Rede Power do Brasil S.A	Grupo Econômico	-	17.622
Total Grupo Econômico		-	42.008
Total Ativo Não Circulante		106.328	185.469
SALDOS PASSIVOS			
Não circulante			
Conta corrente (4):			
Empresa Distrib. Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEV)	Grupo Econômico	-	3.797
Total Grupo Econômico		-	3.797
Créditos relacionados a Prejuízo Fiscal e Base Negativa (5)			
QMRA Participações S.A	Controladora Indireta	20.557	-
Total Controladora Indireta		20.557	-
Total Passivo Não Circulante		20.557	3.797

Conforme disposto no artigo 2º da Resolução Autorizativa da Aneel n.º 4.463/2013, o Grupo Energisa tinha que comprovar, em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o aporte dos recursos previstos no plano aprovado para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O aporte inclui a quitação dos mútuos entre todas as empresas do Grupo Rede Energia.

Em 11 de junho de 2014, a Energisa efetuou os referidos aportes para a quitação dos mútuos.

(1) Créditos a receber

Refere-se a valores que a Companhia tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para efficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à Companhia e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da Companhia e de titularidade do Governo do Estado;
- iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A Companhia executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A Companhia encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da Companhia, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante de R\$88.045, em 31/12/2014, considerando-se o abatimento do saldo devedor

dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à Companhia nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$18.283. Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

A Administração da Companhia julga como líquido e certo do recebimento dos recursos de seu acionista.

(2) Conta corrente 31/12/2006

Refere-se à consolidação e repactuação dos saldos dos contratos denominados “Conta Corrente até 31/8/2004” que seriam pagos em 120 meses com carência de 18 meses e remunerados à taxa de 100% CDI e do contrato denominado “Conta Corrente após 1/9/2004” que permitia a movimentação financeira entre empresas do grupo com remuneração de CDI mais 2% de juros a.a., com prazo de vencimento de 24 meses, repactuados nas seguintes condições:

- Carência de 24 meses
- Prazo 86 meses
- Remuneração 100% CDI mais 2% juros a.a.

Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do Despacho nº 181 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 29/1/2007. Em fevereiro de 2008 por meio do 1º aditamento ao Instrumento Particular de Contratos de Repactuação de Dívida de Mútuo, foi repactuada a remuneração do contrato passando a ser de 100% do CDI a partir do saldo de devedor em 31/12/2007. Esta repactuação foi aprovada pela ANEEL por meio do Despacho nº 709 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 22/2/2008.

Esse contrato teve sua liquidação em maio/2014.

(3) Outros contratos

- Refere-se a Instrumento Particular de Cessão de Créditos de dividendos que a Controladora Rede Energia S.A. - Em Recuperação Judicial, detinha da ENERSUL e cedeu à Companhia. Sua liquidação foi realizada em junho/2014.
- Refere-se a Instrumento Particular de Cessão de Créditos de venda e compra de ações que a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - “ Em Recuperação Judicial”, detinha da Rede Power do Brasil S.A. e cedeu à Companhia, de acordo com a cláusula 7.12 do plano de recuperação judicial aprovado. O saldo desse contrato foi liquidado em maio/2014.

(4) Conta corrente

- Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomaram ou cederam empréstimos, recursos financeiros, assumindo respectivamente, a

posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 5º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013.

Todos os contratos de mútuos foram liquidados após a transferência do controle acionário para o Grupo Energisa S.A.

(5) QMRA

Em 30/11/2014 a Companhia adquiriu montantes de Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da CSLL da controladora indireta QMRA Participações S/A, a serem utilizados para quitação antecipada de débitos de parcelamentos previstos da Lei 11.941/2009, conforme Lei 13.043/2014. Em fevereiro/2015 a Companhia liquidou o saldo desse contrato.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos membros do Conselho foi de R\$78 (R\$192 em 2013) e da Diretoria foi de R\$2.590 (R\$351 em 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios da previdência privada sendo a despesa no exercício de R\$31 (R\$15 em 2013).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes foram de R\$40 e R\$20, respectivamente. A remuneração média no exercício de 2014 foi de R\$9.

Até a data de 14 de abril de 2014 essa rubrica era constituída pela remuneração do Interventor, conforme valor definido na Resolução ANEEL nº 3.647/2012 e do Conselho Fiscal.

Na AGE de 14 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$3.872.

14. Créditos tributários e despesa de impostos de renda e contribuição social corrente

Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	(11.534)	(4.439)	-	-
Impostos diferidos - variação líquida	31.674	11.403	19.740	7.126
	20.140	6.964	19.740	7.126

Reconciliação para taxa efetiva	2014		2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	39.725	39.725	(183.167)	(183.167)
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	11.553	11.553	-	-
Multas indedutíveis	225	-	219	-
Doações	70	70	317	317
Valor de atualização - ganho apurado VNR	-	-	(25.141)	(25.141)
Outras	(2.050)	79	-	-
Subtotal	9.798	11.702	(24.605)	(24.824)
Base de cálculo dos impostos	49.523	51.427	(207.772)	(207.991)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Saldo apurado	(12.380)	(4.628)	51.943	18.719
Créditos sobre incentivos fiscais	317	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores	32.203	11.592	(32.203)	(11.593)
Imposto de renda e contribuição social	20.140	6.964	19.740	7.126
Taxa efetiva	-	-	(10,78%)	(0,39%)

As diferenças temporárias são como segue:

Natureza	2014		2013	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	22.786	5.697
Base negativa da CSLL	-	-	24.051	2.165
Provisão ajuste atuarial	349	119	3.737	1.271
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	67.282	22.876	58.279	19.814
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	19.216	6.533	6.554	2.228
Outras provisões	23.710	8.062	5.452	1.854
Perda VNR (*)	163.003	55.421	163.003	55.421
Ativos (Passivos) regulatórios CVA's	(46.793)	(15.910)	-	-
Outras adições (exclusões) temporárias	53.593	18.223	36.674	12.469
Créditos tributários não reconhecidos	-	-	(128.812)	(43.796)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações e outras adições	(107.606)	(36.586)	(84.943)	(28.880)
Encargos sobre reserva de reavaliação	(45.579)	(15.497)	(56.081)	(19.068)
Totais - ativo não circulante	127.175	43.241	50.700	9.175

(*) Parcela referente a IR e CS temporário apurado no exercício de 2013 referente ao VNR das obrigações vinculadas a concessão cuja realização será efetuada a partir de 2015.

Conforme divulgado na nota explicativa n.º 21 a companhia aderiu ao parcelamento de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, no valor de R\$ 13.734 (referente a créditos fiscais próprios não constituídos) e que não transitaram pelo resultado do período, assim como a movimentação do IRPJ e CSSL diferidos referentes ao Passivo Atuarial constituído conforme deliberação CVM n.º 695/2012 no valor de R\$ 1.152.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2020 conforme demonstrado abaixo:

Período	Realização dos créditos fiscais
2015	10.902
2016	10.902
2017	10.902
2018	10.902
2019	15.130
Total	58.738

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As providências da lei entrarão em vigor a partir de 2015, entretanto permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia avaliou os impactos da Lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

15. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Em julho de 2012, a Companhia concluiu o 3º Ciclo de revisão tarifária periódica (3CRTP), e o valor estimado de indenização foi ajustado com base no laudo utilizado para determinação da base de remuneração regulatória até 2016.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no grupo de ativos não circulante. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	2014	2013 ajustado
Ativo financeiro custo corrigido - 2013 e 2012	375.330	667.344
Adições no exercício	59.837	89.711
Baixas no exercício	(16.427)	(22.124)
Reconhecimento VNR 3CRTP (*)	-	(234.736)
Reclassificação de obrigações especiais	-	(150.004)
Subtotal	418.740	350.191
Atualização contas a receber da concessão - VNR	9.856	25.139
Ativo financeiro custo corrigido - 2014 e 2013	428.596	375.330

(*) O Valor estimado de indenização da companhia foi ajustado com base no laudo que determinou a base de remuneração regulatória a ser atualizada até 2016, cuja aprovação se deu por meio da resolução homologatória n.º 1.320 de 03/7/2012. Essa base, líquida das obrigações especiais, é atualizada mensalmente pelo IGP-M. Em dezembro/2013 a Companhia registrou laudo de avaliação atualizado pelo IGPM até 31 de dezembro de 2013 e acrescido da base incremental do período. O reconhecimento desse laudo incluiu também nas obrigações especiais e, na mesma data, procedeu os ajustes de bifurcação considerando a nova base de remuneração tarifária aprovada.

16. Intangível - contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A mutação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 2013 Ajustado	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo 2014
Custo						
Em serviço:						
Distribuição	928.797	-	(17.325)	23.082	-	934.554
Comercialização	5.859	-	-	-	-	5.859
Administração	20.782	-	(1.777)	1.886	-	20.891
Subtotal em serviço	955.438	-	(19.102)	24.968	-	961.304
(-) Amortização						
Distribuição	(533.658)	-	9.187	-	(69.361)	(593.832)
Comercialização	(4.411)	-	-	-	(562)	(4.973)
Administração	(11.696)	-	1.055	-	(2.553)	(13.194)
Subtotal amortização	(549.765)	-	10.242	-	(72.476)	(611.999)
Em curso:						
Distribuição	88.451	112.882	(73.245)	(23.082)	-	105.006
Administração	3.705	6.046	(499)	(1.886)	-	7.366
Subtotal em curso	92.156	118.928	(73.744)	(24.968)	-	112.372
Total Intangível	497.829	118.928	(82.604)	-	(72.476)	461.677
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em serviço	(310.378)	-	-	(18.431)	-	(328.809)
Amortização	122.650	-	-	-	26.061	148.711
Em curso	(22.845)	(70.456)	13.907	18.431	-	(60.963)
Subtotal das Obrigações Especiais	(210.573)	(70.456)	13.907	-	26.061	(241.061)
Total Geral	287.256	48.472	(68.697)	-	(46.415)	220.616

As baixas totalizaram no exercício R\$68.697, sendo R\$59.837 transferido para contas a receber da concessão e R\$8.860 referente às baixas do ativo em serviço no exercício.

As adições totalizaram no exercício R\$48.472, sendo que R\$32.477 está registrado em custo e receita de construção, e R\$15.995 referem-se à incorporações de redes particulares.

	Saldo 2012	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo 2013 Ajustado
Custo						
Em serviço:						
Distribuição	919.286	-	(34.505)	44.016	-	928.797
Comercialização	6.170	-	(311)	-	-	5.859
Administração	19.237	-	(196)	1.741	-	20.782
Subtotal em serviço	944.693	-	(35.012)	45.757	-	955.438
(-) Amortização						
Distribuição	(479.406)	-	18.607	-	(72.859)	(533.658)
Comercialização	(3.967)	-	220	-	(664)	(4.411)
Administração	(9.285)	-	106	-	(2.517)	(11.696)
Subtotal amortização	(492.658)	-	18.933	-	(76.040)	(549.765)
Em curso:						
Distribuição	183.341	69.967	(120.841)	(44.016)	-	88.451
Administração	1.875	3.738	(167)	(1.741)	-	3.705
Subtotal em curso	185.216	73.705	(121.008)	(45.757)	-	92.156
Total Intangível	637.251	73.705	(137.087)	-	(76.040)	497.829
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em serviço	(469.644)	17.871	150.004	(8.609)	-	(310.378)
Amortização	97.401	-	-	-	25.249	122.650
Em curso	(59.770)	(2.981)	31.297	8.609	-	(22.845)
Subtotal das Obrigações Especiais	(432.013)	14.890	181.301	-	25.249	(210.573)
Total Geral	205.238	88.595	44.214	-	(50.791)	287.256

As baixas totalizaram no exercício R\$(44.214), sendo R\$89.711 transferido para o contas a receber da concessão, R\$16.079 referente às baixas do ativo em serviço do exercício e R\$(150.004) de ajuste de bifurcação.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público dedistribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 31 de dezembro de 2014, a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,84% (3,85% em 31 de dezembro de 2013).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2014	2013 Ajustado
Contribuições do consumidor (1)	174.989	171.178
Participação do Governo do Estado	202.670	198.985
Participação dos Municípios	1.872	1.804
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	36.289	18.642
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	908	908
Universalização do serviço público de energia elétrica (2)	480.034	447.379
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	11.553	-
Outros	13.843	-
(-) Amortização acumulada (3)	(148.711)	(122.650)
Total	773.447	716.246
Alocação:		
Contas a receber da concessão	532.386	505.673
Infraestrutura - Intangível em serviço	180.098	187.728
Infraestrutura - Intangível em curso	49.410	22.845
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	11.553	-
Total	773.447	716.246

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em julho de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$11.553.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Reavaliação Espontânea

A Companhia procedeu em 2005 a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001. A reavaliação abrangeu as linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2005 aprovou a nomeação de empresas especializadas e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, no qual constam os novos valores dos bens do intangível na data-base de 31 de maio de 2005, conforme detalhado a seguir:

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento (redução)
Geração	136.253	92.162	44.091
Transmissão	18.513	9.465	9.048
Distribuição	596.131	428.556	167.575
Administração	5.166	4.029	1.137
Total	756.063	534.212	221.851
Impostos diferidos			(74.409)
Reavaliação anterior			122.863
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciáveis			(504)
Realização da reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas/reversão)			(239.717)
Reserva de reavaliação própria registrada no patrimônio líquido em 2014			30.083

O efeito da realização da reavaliação no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2014, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$6.932 (R\$57.557 em 31 de dezembro de 2013), líquido dos efeitos tributários.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste.

17. Fornecedores

	2014	2013
Suprimento:		
Contratos Bilaterais (1)	39.101	35.322
CCEE	32.867	3.220
Uso da rede básica (1)	3.259	466
Energia livre	200	370
Materiais e serviços e outros (2)	10.720	10.014
Total	86.147	49.392
Circulante	86.147	48.285
Não Circulante	-	1.107

1. Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	2014	2013
ELETROBRAS - ECF 1970/00	-	-	-	-	5.909
ELETROBRAS - ECFS 167/06	-	909	2.878	3.787	7.740
ELETROBRAS - ECF 0032/04	-	947	552	1.499	5.274
ELETROBRAS - ECF 0238/08	8	1.170	5.643	6.821	12.173
ELETROBRAS - ECF 0284/10	-	3.219	20.389	23.608	37.226
ELETROBRAS - ECF 2826/10	53	13.238	8.772	22.063	71.803
ELETROBRAS - ECF 3161/14	28	-	67.341	67.369	-
BANCO DO BRASIL - 40/00602-6A	-	-	-	-	153
BANCO DO BRASIL - 40/00602-6B	-	-	-	-	38
SAFRA - 306.717-7	-	-	-	-	3.280
SANTANDER - 270598111	-	-	-	-	45.813
SANTANDER - 270649611	-	-	-	-	38.333
SANTANDER - 270626314	63	-	7.867	7.930	-
SANTANDER - 270629014	597	-	75.133	75.730	-
(-) Custos de captação incorridos na contratação:					
Despesas antecipadas empréstimo Santander	-	(339)	(764)	(1.103)	(1.008)
Total em moeda nacional	749	19.144	187.811	207.704	226.734
BID - PARCELA A	-	-	-	-	107.667
BID - PARCELA B	-	-	-	-	18.118
Total em moeda Estrangeira	-	-	-	-	125.785
Total geral da dívida	749	19.144	187.811	207.704	352.519

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
ELETROBRÁS - ECF 0032/04	30/07/2016	MENSAL	Recebíveis	19	UFIR	6,00%	6,00%
ELETROBRÁS - ECF 0167/04	28/02/2019	MENSAL	Recebíveis	50	UFIR	6,00%	6,00%
ELETROBRÁS - ECF 0238/04	31/10/2020	MENSAL	Recebíveis	70	UFIR	6,00%	6,00%
ELETROBRÁS - ECF 0284/10	30/04/2022	MENSAL	Recebíveis	88	UFIR	6,00%	6,00%
ELETROBRÁS - ECF 2826/10	30/08/2016	MENSAL	Recebíveis	20	UFIR	6,50%	6,50%
ELETROBRÁS - ECF 3161/14	30/01/2019	MENSAL	Recebíveis	57	SELIC	-	10,90%
SANTANDER - 270626314	06/06/2019	MENSAL	Recebíveis	53	CDI	2,28%	13,09%
SANTANDER - 270629014	06/06/2019	MENSAL	Recebíveis	53	CDI	2,28%	13,09%

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2014	2013
SELIC	10,90%	8,22%
UFIR	0,00%	0,00%
CDI	10,81%	8,06%

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	9.104
2017	56.027
2018	48.353
2019	43.961
2020	25.117
Após 2020	5.249
Total	187.811

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2014	2013
Saldo em 2013 e 2012	352.519	324.067
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	75.208	4.345
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	18.465	52.841
Pagamento de principal	(186.582)	(7.089)
Pagamento de juros	(51.811)	(22.423)
(-) Custos de captação incorridos na contratação e amortização	(95)	778
Saldo em 2014 e 2013	207.704	352.519
Circulante	19.893	196.427
Não circulante	187.811	156.092

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	30/05/2014
Data de vencimento	30/05/2019
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 2,28% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	13,09% a.a
Quantidade de títulos	5.000
Valor na data de emissão	10.000
Títulos em circulação	10.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Mensal após carência
Saldos -2014 (1)	50.041
Circulante	297
Não circulante	49.744

(1) Inclui R\$390 referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2014 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	9.596
2017	16.582
2018	16.626
2019	6.940
Total	49.744

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2014
Saldo em 2013	-
Novas emissões de debêntures- 1º emissão	50.000
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	3.779
Pagamento de juros	(3.348)
(-) Custos de captação	(390)
Saldo em 2014	50.041
Circulante	297
Não circulante	49.744

20. Financiamento por Arrendamento Mercantil

A Companhia possui financiamento de arrendamento mercantil no montante de R\$12 (R\$69 em 2013) referente a equipamentos de informática, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI + pré (2,94% a.a).

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
HP - 04360ER12V6	28/05/2015	MENSAL	Aval	5	CDI	2,94%	14,41%

A liquidação do contrato no montante de R\$12, será finalizada em 28 de maio de 2015.

21. Tributos e Contribuições Sociais

21.1. Correntes

	2014	2013
IRPJ	3.328	-
CSLL	1.829	-
ICMS	17.449	18.370
Encargos sociais	821	1.739
PIS / COFINS	6.713	3.871
IRRF	365	184
Outros	288	262
Total I	30.793	24.426

21.2. Parcelamento de impostos

	2014	2013
LEI 11.941 (1)(3)	715	14.540
IRPJ (2)(3)	-	7.736
CSSL (2)(3)	-	3.380
PIS (2)(3)	-	8.789
COFINS (2) (3)	-	45.309
ICMS (4)	-	2.864
Total II	715	82.618
Circulante	204	28.154
Não circulante	511	54.464

(1) Saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional - PAEX mantidos junto à Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e Previdência Social, no montante de R\$33.782, requerido em 09/2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009.

(2) Parcelamentos com Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional:

- Parcelamento ordinário de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$22.500, requerido em 31/03/2011 em 59 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic;
- Parcelamento ordinário de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$42.652, requerido em 31/07/2012 em 59 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic.

- c) Parcelamento ordinário de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$21.177, requerido em 31/07/2013 em 59 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic.
- (3) Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 12.996/2014, com pagamento de até 20% do saldo em 5 parcelas iguais e sucessivas até que a consolidação dos débitos fossem realizadas pela Receita Federal do Brasil, corrigidos pela variação da Selic. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia optou por efetuar a liquidação total do débito no montante de R\$32.046, de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de 70% de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, próprios ou de outras Companhias de um mesmo grupo econômico e de 30% com pagamento a vista. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R\$10.335, registrado na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. Como a Companhia não possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, optou por adquirir R\$24.185 de terceiros, com pagamento a vista de R\$13.734, correspondente aos 30% permitidos. O processo encontra-se em fase de homologação pela Receita Federal do Brasil.
- (4) Em 19 de dezembro de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Créditos Fiscais - REFIS do Governo do Estado do Tocantins, conforme Lei 2.920/2014 com pagamento a vista do saldo devedor, com redução de 100% em Juros/Multas. OS parcelamentos que foram incluídos no REFIS são:
- b) Parcelamento concedido pela SEFAZ/TO no montante de R\$4.236, requerido em 20/05/2008 em 100 parcelas mensais, corrigidas por 0,25% a.m.
- c) Parcelamento concedido pela SEFAZ/TO no montante de R\$2.588, requerido em 20/12/2009 em 100 parcelas mensais, corrigidas por 0,25% a.m.

Mutação dos parcelamentos do REFIS Lei 12.996/14

	2014
Débitos em 2013	79.754
Atualização	6.329
Amortização	(21.172)
Ganho adesão ao REFIS	(10.335)
Antecipação dos 20% em 5 parcelas	(8.796)
30% - Lei 13.043	(13.734)
Valor utilizado de PF e BCN de CSLL	(32.046)
Saldo em 2014	-

Abaixo, número máximo de parcelas restantes para cada tipo de parcelamento:

Descrição	2014
Lei 11.941	62

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2014	2013
2014	-	28.154
2015	204	16.801
2016	123	15.830
Após	388	21.833
Total	715	82.618
Circulante	204	28.154
Não circulante	511	54.464

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2014
Trabalhistas	26.077	6.911	(10.897)	2.385	24.476
Cíveis	32.202	14.547	(13.615)	2.129	35.263
Fiscais	-	8.176	(835)	202	7.543
Total	58.279	29.634	(25.347)	4.716	67.282

A Companhia possui depósitos judiciais no ativo não circulante, no montante de R\$5.676 (R\$23.172 em 2013) dos quais R\$5.377 (R\$22.586 em 2013) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

Foram pagos no exercício R\$18.107 (R\$3.769 em 2013), sendo de indenizações trabalhistas R\$16.003 (R\$2.635 em 2013) e de indenizações cíveis R\$2.103 (R\$1.134 em 2013).

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$3.125.

Perdas prováveis

- Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de verbas de natureza rescisória onde a concessionária figura como responsável subsidiária.

- Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo os serviços prestados pela distribuidora como corte indevido de fornecimento, inscrição indevida (SPC/Serasa), cancelamento/revisão de fatura de irregularidade de consumo; ressarcimento de danos elétricos, entre outros.

- Fiscais**

Refere-se basicamente a autos de infração de tributos federais e Estaduais (ICMS), com destaque para autos de infração lavrados pelo fisco estadual questionando o integral aproveitamento de crédito de bens do ativo imobilizado.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$74.969, cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Seguem os comentários dos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas tidas como probabilidade de perda possível, no montante de R\$3.163 referem-se, em sua maioria, a discussões de verbas rescisórias de ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, ocorrendo somente atualização monetária no período.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$70.369 referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento; e por supostas irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$1.437 referem-se basicamente a discussões sobre: (i) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, a questões como o aproveitamento e/ou compensação de impostos federais. A redução forte no montante envolvido, ocorreu, principalmente, em função da evolução das discussões administrativas com a Secretaria Estadual de Fazenda, nas quais foram apresentados os argumentos com as devidas comprovações que serviram como fundamento para a revisão da estimativa de perda. Apesar do montante envolvido, nossos advogados e consultores entendem serem os mesmos passíveis de êxito, razão pela qual, não foram provisionados.

23. Obrigações Intra-setoriais e Incorporação de Redes

23.1. Taxas Regulamentares

	2014	2013
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	15.141	14.134
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	17.680	20.965
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	16.314	22.813
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	6.784	5.816
Total *	55.919	63.728
Circulante	34.369	63.728
Não circulante	21.550	-

(*) Inclui R\$168 em 2014 a parcela corrente do mês de dezembro da quota CDE

Em 12 de agosto de 2014 o parcelamento dos débitos em atraso da RGR e CDE foi consolidado em 60 parcelas, sendo que nas 24 primeiras serão amortizados os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais, amortização do principal. Os débitos em atraso referente ao PROINFA e CCC foram parcelados em 12 parcelas mensais iguais e consecutivas. A seguir é apresentada a movimentação dos parcelamentos

Movimentação Parcelamento	2014
Saldos	-
Novos parcelamentos RGR, CDE, CCC e PROINFA	72.035
Juros	2.918
Amortização	(19.202)
Total Parcelamento em 2014	55.751
Circulante	34.201
Não circulante	21.550

23.2. Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 20 de janeiro de 2010, respectivamente.

	2014	2013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	151	207
Ministério de Minas e Energia - MME	74	54
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.844	7.855
Programa de Eficiência Energética - PEE	20.805	16.528
Total	30.874	24.644
Circulante	18.373	14.729
Não Circulante	12.501	9.915

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Total das obrigações Intra -setoriais (taxas regulamentares e obrigação do PEE)	2014	2013
Circulante	52.742	78.457
Não Circulante	34.051	9.915

23.3. Incorporação de Redes

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado. O saldo de R\$ 45.381 (R\$ 30.033 em 2013) a serem ressarcidos incluem os recursos aportados pelos consumidores no âmbito do PERTINS - Programa de Eletrificação Rural do Tocantins.

24. Outros Passivos

	2014	2013
Adiantamento de Consumidores	2.161	1.978
Convênios de arrecadação	148	175
Encargos tarifários	99	108
MBAC Fertilizantes Ltda.	-	21.771
Benefícios pós-emprego	188	229
Parcelamentos AI's (1)	9.959	-
Outros	5.110	5.145
Total	17.665	29.406
Circulante	7.372	9.775
Não circulante	10.293	19.631

(1) Por meio dos Ofícios SAF/ANEEL n.ºs 288, 289, 290, 291, 292 e 293/2014, a ANEEL concedeu o parcelamento das multas relativas aos autos de infrações: AI n.º 103/2009-SFE, AI n.º 1/2009-ATR, AI n.º 9/2013-SFF, AI n.º 86/2012-SFF, AI n.º 96/2010-SFE e AI n.º 123/2012-SFE, a ser quitado em 48 parcelas. Até 31 de dezembro de 2013, os valores estavam provisionados como provisão para riscos.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$342.969 (R\$194.367 em 31 de dezembro de 2013) e está representado por 386.504 mil ações ordinárias e 145.428 mil ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de junho de 2014, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$148.602, com emissão de 153.198 mil novas ações, sendo 111.314 mil ações ordinárias e 41.884 mil ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização do saldo dos recursos destinados a futuro aumento de capital.

25.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

25.3. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, o montante de R\$52.815 foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

25.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos a serem pagos às ações preferenciais terão um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre aqueles pagos às ações ordinárias.

Abaixo estão demonstradas as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Movimentação	2014	2013
Dividendos:		
Saldo no início do exercício	18.880	18.880
Dividendos propostos no exercício	17.605	-
Dividendos baixados (1)	(18.880)	-
Saldo no final do exercício	<u>17.605</u>	<u>18.880</u>

(1) Ver nota explicativa 13, item (1)

O Quadro abaixo demonstra a destinação do resultado do exercício:

Movimentação	2014
(+) Resultado do exercício	66.829
(-) Reserva legal	(3.341)
(+) Realização da reserva de reavaliação	6.932
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	(17.605)
(=) Saldo de lucros retidos	<u>52.815</u>

26. Receita operacional

	2014			2013		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	433.522	766.177	393.112	412.135	705.268	334.614
Industrial	2.122	280.284	97.048	2.156	247.527	76.898
Comercial	38.374	377.476	212.516	36.909	349.941	181.707
Rural	63.799	183.121	65.953	64.738	175.948	54.232
Poder Público:	7.012	144.790	75.350	6.908	138.407	67.393
Iluminação Pública	715	102.643	23.512	696	98.830	20.961
Serviço Público	685	56.115	22.005	674	57.117	20.101
Consumo Próprio	186	3.870	-	197	4.073	-
Subtotal	546.415	1.914.476	889.496	524.413	1.777.111	755.906
Suprimento	-	-	9.722	-	-	15.277
Fornecimento não faturado (líquido)	-	4.464	2.728	-	(1.579)	(191)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	11.336	-	-	11.927
Receita de Construção (1)	-	-	32.477	-	-	75.307
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	46.029	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	71.308	-	-	55.003
Total - receita operacional bruta	546.415	1.918.940	1.063.096	524.413	1.775.532	913.229
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	187.402	-	-	154.571
PIS	-	-	17.412	-	-	13.852
COFINS	-	-	80.201	-	-	63.803
ISS	-	-	63	-	-	22
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	3.219	-	-	2.750
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.855	-	-	1.036
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	-	-	-	947
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, FNDCT e MME	-	-	3.200	-	-	2.880
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	11.553	-	-	-
Total	-	-	304.905	-	-	239.861
Total - receita operacional líquida	546.415	1.918.940	758.191	524.413	1.775.532	673.368

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção;

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado do exercício de 2014 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

27. Despesas operacionais

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e Administrativas	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda	368.280	-	-	-	-	368.280	290.053
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	20.597	-	-	-	-	20.597	11.159
Pessoal e administradores	-	50.679	-	1.048	32.858	84.585	61.812
Entidade de previdência privada	-	1.398	-	22	31	1.451	1.316
Material	-	6.098	-	69	3.759	9.926	11.143
Serviço de terceiros	-	54.555	-	26.962	22.609	104.126	97.419
Depreciação e amortização	-	41.358	-	-	2.553	43.911	41.998
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	12.662	-	12.662	(316)
Provisão para riscos	-	-	-	-	4.287	4.287	26.777
Custo de construção	-	-	32.477	-	-	32.477	75.307
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	1.081	1.081	1.404
Outros	-	14.145	-	2.286	7.214	23.645	15.755
Total	388.877	168.233	32.477	43.049	74.392	707.028	633.827

27.1. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2014		2013	
	MWh (**)	R\$	MWh (**)	R\$
Energia de leilão	794.513	186.030	772.968	172.231
Energia bilateral	531.987	115.470	535.809	107.038
Cotas de Angra REN 530/12 (*)	69.230	10.263	69.605	8.657
Energia de curto prazo - CCEE	215.514	178.952	102.260	31.332
Cotas Garantia Física-Res.Homol.ANEEL 1410 - Anexo I	633.576	19.242	631.231	17.777
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	43.707	10.925	40.896	9.103
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	(111.234)	-	(29.871)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	(41.368)	-	(26.214)
Total	2.288.527	368.280	2.152.769	290.053

(*) Contempla valor da REN 1.585/2013

(**) Não auditado pelos auditores independentes

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de fevereiro a outubro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	1.057
Março	Despacho nº 1.443 de 9 de maio de 2014	5.026
Abril	Despacho nº 1.696 de 2 de junho de 2014	4.852
Maiο	Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014	390
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	6.801
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	12.797
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	23.463
Setembro	Despacho nº 4.288, de 30 de outubro de 2014	33.098
Outubro	Despacho nº 4.657, de 2 de Dezembro de 2014	23.750

Os valores referentes aos Despachos de fevereiro a outubro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS

28. Outros resultados

	2014	2013
Ajuste de movimentação de estoque	(3.237)	-
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	59	225
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(12.997)	(20.268)
Perda no ajuste do VNR (1)	-	(163.003)
Outras receita/despesas	(48)	(9.038)
Total	(16.223)	(192.084)

(1) O Valor estimado de indenização da companhia foi ajustado com base no laudo que determinou a base de remuneração regulatória a ser atualizada até 2016, cuja aprovação se deu por meio da resolução homologatória n.º 1.320 de 03/7/2012. Em função da homologação do laudo do 3 CRTP a companhia efetuou o ajuste de saldo do ativo financeiro.

29. Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira	11.079	1.123
Mútuo com partes relacionadas	39.443	11.867
Juros ativos	8.623	1.678
Variação monetária	6.954	6.259
Acréscimos moratórios	15.388	11.959
Juros atualização contas a receber da concessão - VNR	22.663	57.550
Ajuste a valor presente	4.576	4.976
Outras receitas financeiras	20.803	7.872
Total das receitas financeiras	129.529	103.284
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas	(35.421)	(28.258)
Variações monetárias	(11.350)	(37.686)
Juros/multas	(38.048)	(19.236)
Ajuste a valor presente	(4.098)	(8.832)
Encargos financeiros - parcelamento da lei nº 11.941/2009	(5.507)	(5.451)
Atualização projetos PEE - P&D	(2.529)	(1.487)
Juros atualização VNR	(12.807)	(32.411)
Mútuo com partes relacionadas	(169)	(284)
Outras despesas financeiras	(14.815)	(263)
Total das despesas financeiras	(124.744)	(133.908)
Resultado financeiro	4.785	(30.624)

30. Lucro/prejuízo por ação

Cálculo de lucro e prejuízo por ação (em milhares, exceto valor por ação):

	Exercícios findos em:	
	2014	2013
Lucro (prejuízo) básico por ação:		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível	66.829	(156.301)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	465.699	378.734
Prejuízo líquido básico por ação:	0,1440	(0,4127)

31. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2014	2013
Vida em Grupo	31/12/2015	R\$ 53.112 (1.780 vidas)	R\$ 78	R\$ 73
Riscos Operacionais	23/10/2015	R\$ 10.200	R\$ 151	R\$ 159
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	R\$ 20.000	R\$ 111	R\$ 234
Frota	30/11/2015	LMI R\$300 / Danos morais R\$60	R\$ 127	R\$ 206
Transportes	30/11/2015	R\$ 3.000	R\$ 38	R\$ 40

Vida em Grupo: Cobertura Básica-Morte, Indenização Especial de Morte por Acidente, Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e Invalidez por Doença - Funcional.

Riscos Operacionais: a apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice.

Responsabilidade Civil Geral: cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais. Trata-se de apólice corporativa.

Automóveis: cobertura de colisão, incêndio e roubo (casco) e de danos materiais, corporais e morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Transportes: cobertura garantindo os reparos ou a reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2014		2013 Ajustado	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	23.459	23.459	18.952	18.952
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	106.386	106.386	-	-
Consumidores e concessionárias	119.931	119.931	123.978	123.978
Títulos de créditos a receber	217	217	4.020	4.020
Conta a receber da concessão	428.596	428.596	375.330	375.330
Ativo Regulatório	101.478	101.478	-	-

PASSIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	86.147	86.147	49.392	49.392
Empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e arrendamento mercantil	257.757	257.757	352.588	352.588
Parcelamentos de Tributos	715	715	82.618	82.618
Taxas Regulamentares	55.751	55.751	63.728	63.728
Passivo Regulatório	54.685	54.685	-	-

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - São mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por

metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2014	2013
Dívida (1)	257.757	352.588
Caixa e equivalentes de caixa	(23.459)	(18.952)
Dívida líquida	<u>234.298</u>	<u>333.636</u>
Patrimônio líquido (2)	557.531	357.470
Índice de endividamento líquido	<u>0,42</u>	<u>0,93</u>

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, 19 e 20.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	86.147	-	-	-	-	86.147
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	11,07%	38.994	8.721	92.151	116.058	30.366	286.290
Parcelamentos de Tributos	13,04%	196	102	245	245	20	808
Parcelamentos de Taxas Regulamentares	13,04%	24.267	16.997	2.417	14.504	4.835	63.020
Passivo Regulatório	13,04%	61.816	-	-	-	-	61.816
Total		211.420	25.820	94.813	130.807	35.221	498.081

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2014	2013 Ajustado
Caixa e equivalente de caixa	23.459	18.952
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	106.386	-
Consumidores e concessionárias	119.931	123.978
Títulos de créditos a receber	217	4.020
Ativo Regulatório	101.478	-
Conta a receber da concessão	428.596	375.330

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11 e 15.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18 a nº 20, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos

negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI=10,81% ao ano e SELIC =12,5% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	122.000	Alta do CDI	15.409	19.261	28.891
Subtotal	122.000		15.409	19.261	28.891
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(132.610)	Alta da CDI	(16.749)	(20.936)	(31.404)
	(67.368)	Alta da SELIC	(8.785)	(10.981)	(16.472)
Subtotal	(199.978)		(25.534)	(31.917)	(47.875)
Total	(77.978)		(10.125)	(12.656)	(18.984)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014 e TJLP 5% ao ano.

O montante de R\$57.779, referente aos empréstimos e financiamentos com taxas pré-fixadas, não está incluído na análise de sensibilidade.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2014	2013 Ajustado
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	2	23.459	18.952
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	106.386	-
Consumidores e concessionárias	2	119.931	123.978
Títulos de créditos a receber	2	217	4.020
Contas a receber da concessão	2	530.074	375.330

33. Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2014, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.423 (R\$1.316 em 2013).

A Companhia patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a. Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 1/8/1986, encontra-se em extinção desde 31/12/1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

Plano de Benefícios Elétricas-R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. Assegura os seguintes benefícios: Suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido. Os benefícios são custeados exclusivamente pelas empresas patrocinadoras, e de forma solidária com as demais Patrocinadoras, Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em Recuperação Judicial e a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT.

Antes da fusão, os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regulamenta as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

b. Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 1/1/1999 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes (90%) e pelas patrocinadoras (10%). A contribuição da patrocinadora Companhia durante o exercício de 2014 foi de R\$131 (R\$142 em 2013).

33.1. Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31/12/2014

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2014, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, apresentam a seguinte situação:

a. Informações dos participantes:

	Planos de Benefícios		
	CELTINS BD-I	R	CELTINS-OP
Número Participantes	3	848	851
Número Assistidos	8	3	3
Número Beneficiários Pensionistas (famílias)	22	5	-
	33	856	854

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2014	Avaliação atuarial 2013
01	Taxa de desconto real para cálculo do valor presente	6,05% - todos os planos	6,35% - todos os planos
02	Taxa de rendimento esperada sobre os ativos dos planos	11,88% - todos os planos	11,14% - todos os planos
03	Taxa de crescimento salarial futura real	7,61%, N/A p/CELTINS OP e R	6,59%
04	Taxa de crescimento real dos benefícios		
	Da Previdência Social	0	0
	Do Plano	0	0
05	Taxa de inflação	5,50%	4,50%
06	Fator de capacidade		
	Dos Salários	1,00	1,00
	Dos Benefícios	1,00	1,00
07	Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 - M
08	Tábua de mortalidade de inválidos	MI85, N/A p/ CELTINS OP	IBGE 2011, ambos os sexos
09	Tábua de entrada em invalidez	Light média, N/A p/CELTINSOP	Nula
10	Tábua de rotatividade	0%	Nula

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo a deliberação CVM 695/2012.

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

c. Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

	BD-I		OP		R		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Valor presente da obrigação de benefício definido								
Saldo no início do exercício	5.892	6.701	22	30	8.086	9.920	14.000	16.651
Custo do serviço corrente	2	12	-	-	-	-	2	12
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros	656	617	2	3	900	913	1.558	1.533
Benefícios pagos	(385)	(369)	(43)	(1)	(107)	(103)	(535)	(473)
Ganhos/Perdas atuariais	457	(1.069)	1.655	(10)	(5.114)	(2.644)	(3.002)	(3.723)
Saldo no final do exercício	6.622	5.892	1.636	22	3.765	8.086	12.023	14.000
Valor justo dos ativos do plano								
Saldo no início do exercício	7.271	8.640	23	41	4.349	2.033	11.643	10.714
Retorno esperado	810	795	3	4	484	187	1.297	986
Contribuições efetuadas (participantes e empresa)	-	2	-	-	-	-	-	2
Benefícios pagos	(385)	(369)	(43)	(1)	(107)	(103)	(535)	(473)
Ganhos/Perdas atuariais	(1.028)	(1.797)	1.567	(21)	(1.489)	2.232	(950)	414
Saldo no final do exercício	6.668	7.271	1.550	23	3.237	4.349	11.455	11.643
Posição líquida (a) (b)	46	1.379	(86)	1	(528)	(3.737)	(568)	(2.357)
Limite do Ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	-	(1.379)	-	(1)	-	-	-	(1.380)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	46	-	(86)	-	(528)	(3.737)	(568)	(3.737)
Não reconhecida - Limite do Ativo	46						46	-
Reconhecida	-	-	(86)	-	(528)	(3.737)	(614)	(3.737)

d. Composição dos ativos dos planos

	BD-I		OP		R	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Investimentos:						
Títulos públicos	20,39%	23,67%	25,26%	21,53%	46,95%	26,41%
Créditos privados e depósitos	35,11%	35,58%	33,97%	32,37%	20,70%	39,70%
Ações	0,38%	0,58%	0,36%	0,60%	0,39%	0,54%
Fundos de investimento	35,26%	32,07%	25,69%	31,16%	30,73%	32,39%
Investimentos Imobiliários	8,43%	7,75%	7,95%	7,22%	0,00%	0,00%
Empréstimos e financiamentos	0,40%	0,34%	6,73%	7,12%	1,18%	0,96%
Outros	0,04%	0,00%	0,05%	0,00%	0,05%	0,00%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Reconciliação	2014
Posição líquida em 2013	(3.737)
Efeito em ORA	3.387
Efeito no Resultado do Exercício	(264)
Posição líquida em 2014	(614)
Circulante	(241)
Não Circulante	(373)

Plano de saúde

A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$4.657 (R\$4.033 em 2013).

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2014 a 2046	306.800	319.993	309.095	307.928	423.356	6.637.751

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa.

35. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de junho de 1999, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica em 139 municípios no Estado do Tocantins, pelo prazo de 20 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

O contrato de concessão de distribuição contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

36. Meio Ambiente (*)

As empresas do Grupo Energisa, em suas atividades de geração, distribuição, comercialização e soluções em energia elétrica, têm como política a busca constante na melhoria do desempenho de seus produtos e serviços, considerando aspectos qualitativos, econômicos, ambientais e de saúde e segurança, assegurando desta forma o desenvolvimento sustentável. Para tanto, são observados os seguintes princípios:

- Cumprimento da legislação ambiental e de saúde e segurança do trabalho, assim como de outros requisitos legais aplicáveis.
- Estímulo à educação ambiental, prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e otimização da qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
- Utilização dos recursos naturais de forma racional e sustentável.
- Incentivo à pesquisa com vista à adoção de práticas que promovam a proteção ao meio ambiente, à segurança e a saúde dos colaboradores e de terceiros.
- Atuar junto aos fornecedores e prestadores de serviços no sentido de orientar e monitorar suas atividades, de forma a assegurar a sua regularidade ambiental, de saúde e segurança.
- Compromisso com a melhoria contínua da qualidade de seus processos, produtos e serviços, de forma sustentável.

A Companhia utiliza nas suas redes de distribuição, cabo multiplex (cabos isolado), que por serem protegidas tem a vantagem de diminuir o impacto da poda e sua periodicidade, ser menos agressivo para a

arborização e harmonizando o seu convívio com a rede elétrica. No ano de 2014, a Companhia atingiu a marca de 59,20 % da rede protegida isolada na baixa tensão.

Seguindo as diretrizes do Sistema de Gestão e a Política Nacional de Resíduo Sólido - PNRS, a Companhia intensificou as ações de logística reserva junto aos fabricantes. Além disso, investiu R\$239 na destinação dos resíduos de classe 1 (ABNT NBR 10004:2004).

Ademais, foram realizados treinamentos e palestras para os colaboradores, próprios e terceiros, inspeções, planejamento de novos empreendimentos para minimização dos impactos, participação de comitês de políticas públicas nas três esferas de poder, entre outras ações.

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

37. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No exercício findo em 2014 e 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2014	2013
Atividades operacionais	76.406	(266.256)
Contas a receber da concessão- Bifurcação de Ativos	59.837	(295.028)
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	9.856	25.139
Despesa com juros e variações monetárias e cambiais	33.057	-
Fornecedores	6.713	3.634
Atividades de investimentos		
Fornecedores	6.713	3.634
Partes relacionadas	12.500	-
Atividades de financiamento		
Partes relacionadas - Aquisição de créditos fiscais	20.557	-

38. Eventos Subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora kWh consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 4,5%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

c. Alteração da Denominação Social

Em 02 de fevereiro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado a alteração da razão social da Companhia para Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A., tendo sido aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária na mesma data.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.
Palmas - TO

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Companhia possui créditos a receber do Governo do Estado do Tocantins (parte relacionada) nos montantes de R\$88.045 e de R\$18.283, referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Devido à ausência de análises e documentação suporte, não foi possível nos satisfazermos quanto à adequação e à realização desses saldos a receber em 31 de dezembro de 2014.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfases

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a outubro de 2014. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Intervenção administrativa ANEEL

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e 1.2 às demonstrações financeiras, em 8 de abril de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 4.622, que determinou o fim da intervenção administrativa da ANEEL na Companhia. A conclusão do processo estava condicionada transferência do controle da controladora final e à realização de Assembleia Geral para a eleição dos novos administradores da Companhia. Com o fim da intervenção, passou a vigorar regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que inclui, entre outros, a obrigatoriedade de aporte de recursos pelo novo controlador final através da controladora da Rede Energia S.A., e outras obrigações mencionadas nas referidas notas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transferência de controle do acionário - controlador final

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4 às demonstrações financeiras, em 11 de julho de 2013 foi celebrado compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior e a Energisa S.A., para a transferência da totalidade de suas ações da JQM Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. à Energisa S.A., mediante o cumprimento de algumas condições precedentes. Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes, foi formalizada a transferência do controle dessas empresas para a Energisa S.A.. A transferência das referidas ações conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S.A., controladora da Companhia, e, por consequência, das demais sociedades controladas pela Rede Energia S.A.. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de fevereiro de 2014, com ressalvas, referentes aos seguintes assuntos: (i) continuidade operacional da Companhia e ativos circulantes em excesso aos passivos circulantes; e (ii) realização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos devido a incertezas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia; e parágrafos de ênfases referentes aos seguintes assuntos: (i) valores a receber da Centrais Elétricas do Pará (“Celpa”); (ii) valores a receber de empresas relacionadas e acionistas; (iii) valores a receber classificados como outros ativos não circulantes; e recuperação judicial da Rede Energia S.A.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, examinamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 3.3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2013 e o balanço patrimonial de 1 de janeiro de

Resultados de 2014

2013. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as referidas demonstrações financeiras de 2013 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4